

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(NÃO AUDITADAS)



DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2021 e dezembro 2020
 Em milhares de reais

	Notas	2021	2020
ATIVO		6.384.692	5.441.928
Disponibilidades	3	11.124	10.663
Instrumentos Financeiros		6.443.436	5.462.918
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	332.567	266.530
Títulos e Valores Mobiliários	5	206.638	211.217
Relações Interfinanceiras	3	2.130.641	1.520.471
Operações de Crédito	6	3.664.970	3.370.322
Outros Ativos Financeiros	7	108.620	94.378
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(289.977)	(254.596)
(-) Operações de Crédito	6	(274.250)	(243.252)
(-) Outras	7	(15.728)	(11.344)
Ativos Fiscais correntes e diferidos	8	959	709
Outros Ativos	9	21.611	52.758
Investimentos	10	115.763	110.852
Imobilizado de Uso	11	106.979	81.772
Intangível	12	10.745	9.778
(-) Depreciação e amortizações	11 e 12	(35.949)	(32.927)
Total do Ativo		6.384.692	5.441.928

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2021 e dezembro 2020
 Em milhares de reais

	Notas	2021	2020
PASSIVO		5.528.737	4.636.024
Depósitos	13	3.267.944	2.769.305
Depósitos à Vista		566.285	546.591
Depósitos à Prazo		2.701.659	2.222.714
Demais Instrumentos Financeiros		2.155.648	1.771.744
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	824.371	702.510
Repasses Interfinanceiros	15	1.318.590	1.034.376
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	1.970	1.941
Outros Passivos Financeiros	16	10.717	32.917
Provisões	17	32.507	31.822
Obrigações Fiscais e diferidas	18	2.368	2.868
Outros Passivos	19	70.270	60.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	855.955	805.904
Capital Social		451.915	422.280
Reserva de Sobras		362.500	357.219
Sobras ou Perdas Acumuladas		41.540	26.405
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.384.692	5.441.928

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho
Em milhares de reais

	Notas	2021	2020
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira		214.635	187.529
Operações de Crédito	22	179.145	163.638
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		22.570	4.291
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.400	4.279
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		9.521	15.320
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira		(130.800)	(147.348)
Operações de Captação no Mercado		(45.436)	(40.400)
Operações de Empréstimos e Repasses		(27.422)	(25.442)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(57.942)	(81.506)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		83.834	40.181
Outros Ingressos e Receitas / Dispêndios e Despesas Operacionais		(42.246)	(34.546)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	5.676	10.593
Rendas de Tarifas	24	4.633	4.830
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(33.030)	(29.623)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(30.392)	(26.708)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(494)	(1.349)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	23.665	16.167
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(12.305)	(8.457)
Provisões		(586)	(2.343)
Provisões/Reversões para Contingências		(461)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(125)	(2.343)
Resultado Operacional		41.002	3.292
Outras Receitas e Despesas	29	685	186
Rendas de Aluguel		47	16
Reversão de Provisões Não Operacionais		842	-
Outras Rendas Não Operacionais		-	218
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(166)	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(38)	(47)
Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações		41.688	3.477
Imposto de Renda e Contribuição Social		(148)	(1.822)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		(88)	(1.134)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(60)	(688)
Sobras ou Perdas do Período antes das destinações		41.540	1.655

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Sobras/Perdas Líquidas	41.540	1.655
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	1.655	22.521

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital à Realizar</u>	<u>Fundo de Reserva</u>	<u>Reserva para contingências</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Totais</u>
Em 31 de dezembro de 2019		378.498	(161)	168.719	171.905	26.997	745.957
Destinações de Sobras Exercício Anterior	21.3						
Ao FATES						(3.415)	(3.415)
Constituição de Reservas				10.000		(10.000)	
Distribuição de sobras para associados		5.456				(13.582)	(8.126)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		27.905	(309)				27.596
Por Devolução (-)		(11.857)					(11.857)
Sobras ou Perdas Brutas						1.655	1.655
Em 30 de junho de 2020		<u>400.001</u>	<u>(471)</u>	<u>178.719</u>		<u>1.655</u>	<u>751.810</u>
Em 31 de dezembro de 2020		422.503	(223)	185.314	171.905	26.405	805.904
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	21.3						
Ao FATES						(5.281)	(5.281)
Constituição de Reservas				177.186	(171.905)	(5.281)	
Distribuição de sobras para associados		7.872				(15.843)	(7.971)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		35.081	29				35.111
Por Devolução (-)		(13.346)					(13.346)
Estorno de Capital		(2)					(2)
Sobras ou Perdas Brutas						41.540	41.540
Em 30 de junho de 2021		<u>452.108</u>	<u>(194)</u>	<u>362.500</u>		<u>41.540</u>	<u>855.955</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

Notas	2021	2020
Sobras ou Perdas antes da Tributação e Participações	41.688	3.477
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2.980)	(4.604)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	57.942	81.506
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	125	2.343
Provisões/Reversões Não Operacionais	(676)	-
Provisões/Reversões para Contingências	461	-
Depreciações e Amortizações	3.243	2.508
	99.802	85.230
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(66.037)	(37.173)
Títulos e Valores Mobiliários	4.579	854.377
Operações de Crédito	(316.510)	(339.390)
Outros Ativos Financeiros	(14.941)	16.635
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(250)	(112)
Outros Ativos	31.823	(827)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	19.694	118.695
Depósitos sob Aviso	-	(4.803)
Depósitos à Prazo	478.945	378.895
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	121.861	(7.209)
Relações Interfinanceiras	284.214	118.130
Obrigações por Empréstimos e Repasses	29	34
Outros Passivos Financeiros	(22.200)	(19.173)
Provisões	99	(429)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(500)	(1.338)
Outros Passivos	9.985	1.755
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(5.281)	(3.415)
Imposto de Renda	(88)	(1.134)
Contribuição Social	(60)	(688)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	625.165	1.158.059
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	1.442	3.821
Distribuição de Sobras da Central	1.538	784
Aquisição de Intangível	(1.079)	(905)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(25.316)	(12.392)
Aquisição de Investimentos	(4.911)	(4.848)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(28.326)	(13.540)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	35.111	27.596
Devolução de Capital à Cooperados	(13.346)	(11.857)
Estorno de Capital	(2)	-
Distribuição de sobras para associados	(7.971)	(8.126)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	13.792	7.612
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	610.632	1.152.131
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.531.134	51.782
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	2.141.765	1.203.913
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	610.632	1.152.131

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaíra, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Carlos, São José do Rio Preto, São Simão, Serra Azul, Taiapu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba e Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. E área de admissão de associados limitada aos municípios integrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 24 de outubro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária foi realizada reforma ampla do estatuto social da Cooperativa, com destaque para a ampliação das condições de admissão e da área de atuação incluindo os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pela administração em 30 de junho de 2021.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 em 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 em 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 em 4 de setembro de 2019, e a Resolução BCB nº 2 em 12 de agosto de 2020, as quais atualizaram determinadas premissas que devem ser consideradas para a elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias, bem como os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

A administração da Cooperativa, em razão dessas atualizações, realizou as seguintes principais alterações: i) apresentação do Balanço Patrimonial conforme a disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) apresentação da Demonstração de Sobras ou Perdas considerando todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; e iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, que antes não era requerida.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos a seguir um resumo sobre a avaliação da administração sobre nova norma que foi emitida pelos órgãos reguladores e que ainda não foi adotada pela Cooperativa, considerando a data definida para a sua entrada em vigor:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.3 Reapresentação de informações comparativas

As informações financeiras comparativas relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, bem como as demonstrações das sobras ou perdas do primeiro semestre de 2020, estão sendo reapresentadas para prover um maior nível de detalhamento das rubricas, além da adoção de uma diferente composição e agrupamento de determinados grupos contábeis, adaptada às circunstâncias e orientações do Sicoob e novas diretrizes do Banco Central do Brasil, conforme aplicável.

As reapresentações acima descritas não resultaram em qualquer modificação dos saldos totais de ativos e passivos circulantes e não circulantes, ou do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020.

A demonstração de sobras ou perdas apresentou reclassificações entre grupos contábeis conforme abaixo apresentamos a variação entre as contas:

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira	187.529		187.529
Operações de Crédito	163.638		163.638
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.291		4.291
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.279		4.279
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15.320		15.320
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	(147.348)		(147.348)
Operações de Captação no Mercado	(40.400)		(40.400)
Operações de Empréstimos e Repasses	(25.442)		(25.442)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(81.506)		(81.506)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	40.181		40.181
Outros Ingressos e Receitas / Dispêndios e Despesas Operacionais	(36.890)	2.343	(34.546)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.593		10.593
Rendas de Tarifas	4.830		4.830
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(29.623)		(29.623)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(26.708)		(26.708)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1.349)		(1.349)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	18.115	(1.948)	16.167
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(8.457)		(8.457)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	(4.292)	4.292	
Provisões		(2.343)	(2.343)
Provisões/Reversões para Contingências			
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(2.343)	(2.343)
Resultado Operacional	3.292		3.292
Outras Receitas e Despesas	186		186
Rendas de Aluguel		16	16
Outras Rendas Não Operacionais		218	218
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(47)	(47)
Outras Receitas	233	(233)	
Outras Despesas	(47)	47	
Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações	3.477		3.477
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.822)		(1.822)
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados	(1.134)		(1.134)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados	(688)		(688)
Sobras ou Perdas do Período antes das destinações	1.655		1.655

As representações acima descritas não resultaram em qualquer modificação no resultado da Cooperativa.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração da Cooperativa está atenta aos potenciais impactos econômicos provenientes da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras causados pela pandemia, entretanto se a pandemia se estender, seus efeitos podem vir a ser materiais nos resultados operacionais futuros da Cooperativa.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2021 decorrentes dos possíveis impactos da COVID-19.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível ou causar impactos substanciais em sua estrutura financeira. A Cooperativa junto a seus associados, colaboradores e a comunidade, está fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações dos órgãos de Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2.5 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB São Paulo e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em "Outras receitas e despesas".

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Cooperativa, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	11.124	10.663
Relações Interfinanceiras (i)	<u>2.130.641</u>	<u>1.520.471</u>
	<u>2.141.765</u>	<u>1.531.134</u>

i) No primeiro semestre de 2020, as aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários foram integralmente resgatadas e concomitantemente aplicadas em Centralização Financeira no Sicoob São Paulo, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI, com liquidez imediata.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2021, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2023.

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2021	2020
Adiantamentos a depositantes	3.235	1.903
Cheque especial/ Conta garantida	110.615	93.751
Empréstimos e financiamentos	1.876.170	1.814.859
Títulos descontados	69.942	67.856
Financiamentos rurais demais	1.605.009	1.391.953
	3.664.970	3.370.322
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	(274.250)	(243.252)
	3.390.721	3.127.070
Ativo circulante	1.572.655	1.446.182
Ativo Não Circulante	1.818.065	1.680.889

6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

	Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	- Normal	125.464	6.163	188.967	320.594		456.809	
A	0,50% Normal	527.623	48.572	1.000.415	1.576.610	(7.883)	1.289.354	(6.447)
B	1% Normal	421.473	78.517	300.367	800.357	(8.004)	669.891	(6.699)
B	1% Vencidas	615	230	-	845	(8)	1.543	(15)
C	3% Normal	363.404	39.206	89.580	492.190	(14.766)	474.261	(14.228)
C	3% Vencidas	5.202	75	-	5.278	(158)	874	(26)
D	10% Normal	156.192	10.247	16.262	182.701	(18.270)	202.347	(20.235)
D	10% Vencidas	4.017	167	435	4.620	(462)	5.594	(559)
E	30% Normal	52.584	741	2.518	55.843	(16.753)	60.674	(18.202)
E	30% Vencidas	4.343	270	-	4.612	(1.384)	8.866	(2.660)
F	50% Normal	14.229	514	410	15.153	(7.576)	33.692	(16.846)
F	50% Vencidas	4.524	332	124	4.980	(2.490)	10.185	(5.093)
G	70% Normal	9.349	226	75	9.650	(6.755)	7.661	(5.363)
G	70% Vencidas	5.964	-	26	5.989	(4.193)	5.634	(3.944)
H	100% Normal	115.898	2.033	4.657	122.588	(122.588)	83.058	(83.058)
H	100% Vencidas	60.943	844	1.173	62.960	(62.960)	59.877	(59.877)
	Total Normal	1.786.217	186.219	1.603.250	3.575.686	(202.595)	3.277.748	(171.077)
	Total Vencidos	85.608	1.919	1.758	89.284	(71.655)	92.574	(72.174)
	Total Geral	1.871.824	188.137	1.605.009	3.664.970	(274.250)	3.370.322	(243.252)
	Provisões	(247.953)	(7.011)	(19.286)	(274.250)		(243.252)	
	Total Líquido	1.623.872	181.126	1.585.723	3.390.721		3.127.070	

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	301.931	22.911	80.908	405.751	11%
Setor Privado - Indústria	201.540	6.800	239.990	448.330	12%
Setor Privado - Serviços	631.768	85.703	92.536	810.007	22%
Pessoa Física	666.805	54.375	1.038.453	1.759.633	48%
Outros	69.780	18.349	153.121	241.250	7%
TOTAL	1.871.824	188.137	1.605.009	3.664.970	100%

6.4 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	445.584	737.096
2023	673.276	453.031
2024	372.764	289.666
2025 a 2038	326.441	201.096
	<u>1.818.065</u>	<u>1.680.889</u>

6.5 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	243.252	161.863
(-) Créditos baixados para prejuízo	(28.358)	(44.686)
Provisão constituída no semestre	147.670	300.773
(-) Reversão efetuada no semestre	(88.314)	(174.699)
Saldo final	<u>274.250</u>	<u>243.252</u>

6.6 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	46.833	1%	43.527	1%
10 Maiores Devedores	393.543	11%	331.686	10%
50 Maiores Devedores	1.090.979	30%	984.008	29%

6.7 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 20.002 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (2020 - R\$ 7.385), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Avais e Fianças Honrados (i)	3.724	1.278
Rendas a Receber (ii)	1.081	918
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	75.048	65.859
Títulos e créditos a receber (iv)	15.286	13.243
Depósitos em garantia (v)	13.481	13.079
	<u>108.620</u>	<u>94.378</u>
Provisão para perdas	<u>(15.728)</u>	<u>(11.344)</u>
	92.892	83.033
Ativo circulante	<u>19.297</u>	<u>25.616</u>
Ativo Não Circulante	<u>73.595</u>	<u>57.417</u>

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas no montante de R\$ 419 (2020 - 412) e Títulos e Créditos vinculados a produtos no montante de R\$ 14.866 (2020 - R\$ 12.830), oriundos de renegociações de operações de crédito.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa (Nota 17);

7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	-	-	8.659	8.659	-	5.644	-
A	0,50%	Normal	-	-	9.283	9.283	(46)	35.522	(178)
B	1%	Normal	865	-	40.252	41.117	(411)	1.963	(20)
C	3%	Normal	-	-	3.417	3.417	(103)	8.929	(268)
D	10%	Normal	-	-	10.645	10.645	(1.065)	10.966	(1.097)
E	30%	Normal	8.386	-	-	8.386	(2.516)	9.840	(2.952)
E	30%	Vencidas	-	396	-	396	(119)	92	(27)
F	50%	Vencidas	-	356	-	356	(178)	135	(68)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	362	(254)
G	70%	Vencidas	-	294	-	294	(206)	108	(76)
H	100%	Normal	5.616	535	2.791	8.941	(8.941)	5.463	(5.463)
H	100%	Vencidas	-	2.144	-	2.144	(2.144)	943	(943)
Total Normal			14.866	535	75.048	90.449	(13.081)	78.690	(10.231)
Total Vencidos			-	3.189	-	3.189	(2.646)	1.278	(1.114)
Total Geral			14.866	3.724	75.048	93.638	(15.728)	79.968	(11.344)
Provisões			(8.140)	(3.181)	(4.407)	(15.728)		(11.344)	
Total Líquido			6.726	543	70.641	77.911		68.623	

7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	11.344	13.981
(-) Créditos baixados para prejuízo	(699)	(2.856)
Provisão constituída no semestre	6.496	5.596
(-) Reversão efetuada no semestre	(1.414)	(5.377)
Saldo final	<u>15.728</u>	<u>11.344</u>

8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em junho de 2021 a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos e Contribuições a Compensar	959	709
Ativo circulante	959	709
Ativo Não Circulante	<u>(959)</u>	<u>(709)</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros Ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos e Participações Salariais	18	2
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	1.149	1.408
Devedores Diversos País (ii)	2.236	788
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)	18.104	50.422
Material em Estoque	75	50
Despesas Antecipadas (iv)	28	87
	<u>21.611</u>	<u>52.758</u>
Ativo circulante	<u>3.478</u>	<u>2.336</u>
Ativo Não circulante	<u>18.132</u>	<u>50.422</u>

(i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamento à fornecedores.

(ii) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar

(iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019.

(iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

10 Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob SP e ações do Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	54.975	51.509
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	60.664	59.223
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - Copercana	86	83
Outros	38	38
	<u>115.763</u>	<u>110.852</u>

11 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021		2020		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	8.541	(3.555)	4.985	4.748	10
Sistemas de comunicação	145	(49)	96	102	10
Equipamentos de processamento de dados	10.710	(6.196)	4.513	4.468	20
Veículos	1.076	(738)	338	418	20
Sistemas de vigilância	1.842	(1.185)	656	509	20
Instalações	29.133	(16.526)	12.607	11.402	20
Edificações	1.900	(38)	1.862		4
Terrenos	633		633		
Imobilização em Curso (i)	53.000		53.000	34.019	
	<u>106.979</u>	<u>(28.288)</u>	<u>78.691</u>	<u>55.666</u>	

(i) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas. A variação da rubrica refere-se substancialmente a projetos de expansão da cooperativa, além da construção de uma nova sede da cooperativa com previsão de término em 2021.

12 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

	2021		2020	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares e Licenças (Direito de Uso)	<u>10.745</u>	<u>(7.661)</u>	<u>3.084</u>	<u>2.957</u>

13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis".

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos à vista	566.285	546.591
Depósitos sob aviso e à prazo	<u>2.701.659</u>	<u>2.222.714</u>
	<u>3.267.944</u>	<u>2.769.305</u>

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O Estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

13.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	78.728	2%	97.527	4%
10 Maiores Depositantes	537.889	17%	530.444	19%
50 Maiores Depositantes	1.236.958	38%	1.136.756	41%

13.2 Despesas com operações de captação de mercado:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-	(12)
Despesas de Depósitos a Prazo	(32.518)	(26.868)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.789)	(11.641)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.435)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	<u>(2.694)</u>	<u>(1.878)</u>
	<u>(45.436)</u>	<u>(40.400)</u>

14 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2021	2020
LCA	642.403	570.457
LCI	181.968	132.053
	824.371	702.510

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

15 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes (Taxa Anual)	2021			2020		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7% à 10,80%	28.828		28.828	28.616		28.616
Securitização	3,00%		1.970	1.970		1.941	1.941
Custeio Agrícola	3,00% à 5,99%	152.957		152.957	165.465		165.465
	6,00% à 6,99%	429.504		429.504	314.945		314.945
	7,00% à 7,99%	22.994		22.994	30.043		30.043
	8,00% à 8,99%	54.649		54.649	59.311		59.311
	9,00% à 9,99%	8.843		8.843	12.991		12.991
	10,17% à 11,50%	7.125		7.125	8.701		8.701
CDI + 0,82% à 7,58 %	613.689		613.689	414.303		414.303	
Total		1.318.590	1.970	1.320.560	1.034.376	1.941	1.036.317
Passivo circulante		636.504		636.504	557.540		557.540
Exigível a longo prazo		682.086	1.970	684.056	476.836	1.941	478.777

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	134.436	227.935
2023	197.760	44.042
2024	52.146	50.052
2025	135.802	130.767
2026	112.717	889
2028	20.111	
2029	20.524	20.016
2030	5.224	5.076
2031	5.335	
	684.056	478.777

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	4.525	26.996
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	4.084	5.894
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	<u>2.108</u>	<u>27</u>
	10.717	32.917
Passivo circulante	<u>10.717</u>	<u>32.917</u>
Passivo Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênios

(ii) Em Obrigações por aquisição de bens e direitos temos registrado os valores à pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário)

(iii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.

17 Provisões

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões para garantias financeiras prestadas	17.552	17.427
Provisão para Contingências	<u>14.955</u>	<u>14.395</u>
	<u>32.507</u>	<u>31.822</u>

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

17.2 Provisões para Contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias	13.120	12.668
Cíveis	1.565	1.179
Trabalhistas	<u>270</u>	<u>548</u>
	<u>14.955</u>	<u>14.395</u>

(a) Processos classificados como possível perda

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2021 o montante de R\$ 4.217 de processos cíveis (2020 – R\$ 4.120), R\$ 1.480 de processos trabalhistas (2020 – R\$ 118) e R\$ 12.777 de processos tributários (2020 – R\$ 11.517).

(b) Discussão de processos tributários

A Cooperativa é parte envolvida em processos tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

18 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	29	40
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	9	30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	940	1.312
Contribuição Previdenciária - INSS	1.020	1.020
Programa de Integração Social - PIS	16	40
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	75	78
Imposto sobre Serviços - ISS	67	66
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	197	268
Outros	<u>15</u>	<u>15</u>
	<u>2.368</u>	<u>2.868</u>

19 Outros Passivos

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	19.476	14.195
Cotas de capital a pagar (ii)	19.675	17.269
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	2.240	3.853
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	19.128	20.976
Cheques Administrativos		70
Credores Diveros - País (iv)	<u>9.750</u>	<u>3.922</u>
	70.270	60.285
Passivo circulante	<u>68.616</u>	<u>58.679</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.654</u>	<u>1.606</u>

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas provisão de Despesas de Pessoal, Valores a Pagar - Aluguéis, Valores a Pagar – Cartões, Valores a Pagar - Transações Intercredis e outros;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

20 Instrumentos Financeiros

A Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

21.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 25% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

21.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2020 e de 2019 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 25 de março de 2021 e 29 de junho de 2020, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 5.282, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 5.282, para Capital social, no montante de R\$ 8.112 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.730, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 29 de junho de 2020, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 10.000, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 3.415, para Capital social, no montante de R\$ 5.433 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 8.149, foi distribuído aos associados.

21.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.5 Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial (Nota 18).

Esse Fundo de Reserva tem como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação.

Conforme definido previamente no regulamento do fundo, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de março de 2021, foi deliberado a transferência dos recursos do fundo para Reserva Legal.

22 Receitas de Operações de Crédito

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	862	1.553
Rendas de Empréstimos	96.964	92.141
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.265	6.919
Rendas de Financiamentos	8.775	5.307
Rurais - Recursos Livres	4.992	4.827
Rurais - Recursos Direcionados à Vista	5.233	10.475
Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	24.620	10.209
Rurais - Recursos Direcionados de LCA	11.425	24.658
Rurais - Recursos de Fontes Públicas	5	151
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	1	14
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	20.003	7.385
	<u>179.145</u>	<u>163.638</u>

23 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de Cobrança	3.353	3.049
Rendas de Garantias Prestadas	604	-
Rendas de Outros Serviços	1.719	7.544
	<u>5.676</u>	<u>10.593</u>

24 Rendas de Tarifas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	939	927
Rendas de Serviços Prioritários - PF	561	642
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	0	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.134	3.262
	<u>4.633</u>	<u>4.830</u>

25 Dispêndios e Despesas de Pessoal

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(91)	(93)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.854)	(1.691)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(7.462)	(7.782)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.823)	(5.042)
Despesas de Pessoal - Proventos	(16.533)	(14.768)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(268)	(246)
	<u>(33.030)</u>	<u>(29.623)</u>

26 Outros Dispendios e Despesas Administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços do sistema financeiro	(3.218)	(3.296)
Despesas de comunicação	(1.865)	(1.684)
Aluguéis	(3.055)	(2.487)
Serviços diversos contratados	(6.781)	(4.879)
Vigilância e segurança	(2.268)	(2.138)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(2.700)	(2.155)
Depreciação e amortização	(3.243)	(2.508)
Manutenção e conservação de bens	(1.353)	(1.057)
Despesas de transporte	(863)	(1.164)
Rateio de Despesas Sicoob Confederação	(2.330)	(2.192)
Outros	(2.715)	(3.148)
	<u>(30.392)</u>	<u>(26.708)</u>

27 Outros Ingressos e Receitas Operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dividendos	1.442	3.821
Distribuição de sobras da central	1.538	784
Rendas de repasses Del Credere	738	765
Outras rendas operacionais	17.283	8.248
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.662	2.549
	<u>23.665</u>	<u>16.167</u>

28 Outros Dispendios e Despesas Operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Ren	(733)	(1.652)
Outras Despesas Operacionais	(10.128)	(3.665)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.111)	(2.877)
Cancelamento - tarifas pendentes	(333)	(262)
	<u>(12.305)</u>	<u>(8.457)</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Outras Receitas e Despesas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ganhos de Aluguéis	47	16
Reversão de Provisões não Operacionais	842	-
Outras Rendas não Operacionais	-	218
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(166)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(38)	(47)
	<u>685</u>	<u>186</u>

30 Partes relacionadas
30.1 Pessoal chave da administração
30.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2021, montaram a R\$ 2.945 (2020 - R\$ 1.784).

30.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(a) Principais saldos		
Operações de crédito - circulante	23.483	27.417
Operações de crédito - não circulante	47.514	46.975
Passivo		
Depósitos a vista e a prazo	114.968	136.246
LCA	9.393	9.698
Patrimônio líquido		
Capital social	24.084	23.408
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito	2.600	3.646
Dispêndio com captação	1.823	1.398

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

31 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

31.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

31.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

31.2.1 Principais Saldos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras	2.130.641	1.520.471
Títulos e valores mobiliários	117.075	115.052
Ativo permanente		
Investimentos	54.975	49.885

31.2.2 Principais Operações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ingressos de títulos e valores mobiliários	1.778	10.687
Ingresso de depósitos intercooperativos	22.570	4.291

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

33 Gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress..

33.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

36 Garantias

Em 30 de junho de 2021, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 324.540 (2020 - R\$ 332.939), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras

Notas explicativas em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

37 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2021.

ADEMIR JOSÉ CAROTA
Contador - CRC 1SP 259963/O-8
CPF. 303.381.738-62

GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ
Pres. do Conselho de Administração
CPF. 183.207.628-80

ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF. 048.589.888-80